

“Encontramo-nos em um período da história no qual nos sentimos, às vezes, impotentes na busca de soluções para os problemas propostos. Em tempos em que a paz está ameaçada, é preciso observar criticamente a realidade com olhar de quem acredita na superação por meio da fraternidade. A superação da violência se torna, assim, um sinal do amor que Deus nutre pelo ser humano criado para ser irmão e não rival. Como cristãos, somos chamados a construir o Reino da verdade e da graça, da justiça, do amor e da paz, pois somos todos irmãos”. (Campanha da Fraternidade, 2018: Texto-base, CNBB).

A Comissão Justiça e Paz de Brasília (CJP-DF), realiza, no próximo dia 5 de fevereiro, a 42ª “Conversa de Justiça e Paz”. O tema da noite será: **“Superação da Violência no DF: um pedido de socorro”**. O encontro será no Auditório Dom José Freire Falcão, Mitra Arquidiocesana, junto à Catedral de Brasília, Esplanada dos Ministérios.

O tema ora escolhido advém do tema proposto pela CNBB para a Campanha da Fraternidade de 2018.

Com o propósito de aprofundar a reflexão sobre a Campanha e estimular o debate na sociedade, a Comissão Justiça e Paz de Brasília convida para desenvolver esta temática a **Doutora em Direito, Sra. Ela Wiecko** e o **Bispo Auxiliar de Brasília e Secretário Geral da CNBB, Dom Leonardo Ulrich Stenier**.

Neste ano de 2018, a Campanha da Fraternidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB - tem como tema **“Fraternidade e superação da violência”**, justamente para conclamar-nos à urgente missão de enfrentamento e superação de uma cultura de ódio que tem crescido a olhos vistos em nossa sociedade, e que se expressa nas diversas formas de violência a que estamos todos submetidos, nessa atual conjuntura de retrocessos sociais, de obscurantismo, de intolerância e de acelerada supressão de direitos.

No texto-base da Campanha, a CNBB, atenta às vicissitudes do contexto histórico que vivenciamos e da aparência de normalidade institucional insistentemente retratada pelos meios de comunicação com vistas à aceitação acrítica e apática desse estado de coisas, reconhece a complexidade do problema da violência, para além de uma mera questão de segurança pública a reclamar respostas mais repressivas, e chama a nossa atenção criticamente para a tragédia brasileira, em contraste com a imagem idílica de um país pacífico, racialmente democrático, ordeiro e cordial, que frequentemente projetamos.

O documento da CNBB ressalta também as principais vítimas da violência no Brasil contemporâneo, seja por meio de atos de agressão física e psicológica (**violência direta**), seja por meio de modelos de organização e de práticas sociais (**violência institucional**), seja ainda por meio de práticas naturalizadas de violência, sobre as quais são elaborados *“discursos para apresentar razões e justificativas como se uma ação violenta fosse devida, uma consequência de determinadas condutas da própria pessoa que sofreu a violência”* (**violência cultural**).

Muito frequentemente, os grupos mais vulneráveis da sociedade são alvo dessas três formas estruturais de violência combinadas:

- são **os jovens negros** e moradores das periferias a tombar diariamente na irracional e corrupta “guerra às drogas”, que há anos tem servido como justificativa para a prática da violência policial;
- **as crianças e adolescentes** vítimas da violência sexual e doméstica, praticadas, muitas vezes, por familiares ou vizinhos;
- **as mulheres agredidas e assassinadas** pelos parceiros ou ex-parceiros machistas que não aceitam conviver com a autonomia de suas vítimas;

- **os homossexuais** perseguidos pela intolerância e homofobia de seus algozes individuais e institucionais;

- **os ativistas de direitos humanos**, religiosos, líderes comunitários e sindicalistas perseguidos e assassinados em razão de suas bandeiras de luta e das causas públicas que defendem;

- **os estrangeiros, migrantes e refugiados** expulsos pela guerra, pela fome e pela degradação ambiental, como alertou o Papa Francisco;

- **os pobres**, cada vez mais, excluídos da atenção de políticas públicas de assistência, saúde e educação;

- **as vítimas da violência no trânsito**, fenômeno que reflete a agressividade crescente das relações sociais cotidianas, a cultura individualista e a ineficiência das políticas de transporte coletivo;

- **as vítimas da ineficiência do aparato judicial e policial**, que tem contribuído para aumentar a crise de congestionamento e indignidade do sistema carcerário, sem, no entanto, afastar a sensação de seletividade e impunidade que alimenta o imaginário social;

- **as vítimas, enfim, da intolerância e do fanatismo religioso**, especialmente contra as religiões de matriz africana, alvo frequente de preconceitos e agressões a suas práticas e templos.

Tornar-se consciente dessa realidade, na extensão e complexidade das múltiplas formas de violência em que ela se apresenta, já é o primeiro passo para superá-la.

Mas, é preciso mais do que apenas esse olhar crítico. É preciso reconhecer no outro que sofre com a violência a nossa própria humanidade agredida, rompendo com a indiferença (“não é comigo”, “o que eu tenho a ver com isso”), repudiando a intolerância - e o ódio que a acompanha e envenena as relações sociais e familiares -, mas, sobretudo, exigindo e lutando por justiça, essa medida fundamental de equilíbrio e igualdade de tratamento, sem a qual não é possível atingir a paz.

Assim, a CJP reforça, pois, o convite a toda a comunidade para a 42ª **Conversa de Justiça e Paz, no dia 5 de fevereiro**, às 19h, na Cúria Metropolitana, junto à Catedral.

Participe!